Atenção: As questões de números 1 a 5 referem-se ao texto que segue.

Janelas quebradas

A deterioração da paisagem urbana é lida como ausência dos poderes públicos, o que enfraquece os controles impostos pela comunidade, aumenta a insegurança e convida à prática de crimes. Essa tese, defendida pela primeira vez em 1982 pelos americanos James Wilson e George Kelling, recebeu o nome de "teoria das janelas quebradas". Segundo ela, a presença de lixo nas ruas e de grafite sujo nas paredes provoca mais desordem, induz ao vandalismo e aos pequenos crimes. Com base nessas ideias, a cidade de Nova York iniciou, nos anos 1990, uma campanha para remover os grafites do metrô, que resultou numa diminuição dos crimes realizados em suas dependências.

O sucesso da iniciativa serviu de base para a política de "tolerância zero" posta em prática a seguir. Medidas semelhantes foram adotadas em diversas cidades dos Estados Unidos, da Inglaterra, da Holanda, da Indonésia e da África do Sul. Mas, apesar da popularidade, a teoria das janelas quebrada gerou controvérsias nos meios acadêmicos, por falta de dados empíricos capazes de comprová-la.

Mas houve, sim, alguns experimentos bem sucedidos. Na Holanda, um deles foi conduzido numa área de compras da cidade de Groningen. Para simular ordem, os pesquisadores limparam a área e colocaram um aviso bem visível de que era proibido grafitar. Para a desordem, grafitaram as paredes da mesma área, apesar do aviso para não fazê-lo. A grafitagem constava apenas de rabiscos mal feitos, para evitar confusão com arte. Em ambas as situações, penduraram um panfleto inútil nos guidões de bicicletas, de modo que precisasse ser retirado pelo ciclista antes de partir. Não havia lixeiras no local. Na situação ordeira, sem grafite, 77% dos ciclistas levaram o panfleto embora. Na presença do grafite, apenas 31% o fizeram, os demais jogaram-no no chão.

Em outra experiência holandesa, foi colocado, numa caixa de correio da rua, um envelope parcialmente preso à boca da caixa (como se tivesse deixado de cair para dentro dela) com uma nota de 5 em seu interior, em local bem visível para os transeuntes. Na situação ordeira, a caixa estava sem grafite e sem lixo em volta; na situação de desordem, a caixa estava grafitada e com lixo em redor. Dos transeuntes que passaram diante da caixa limpa, 13% furtaram o dinheiro. Esse número aumentou para 27% quando havia grafite e sujeira. A mensagem é clara: desordem e sujeira nas ruas mais do que duplicam o número de pessoas que praticam contravenções ou pequenos crimes no espaço público.

(Adaptado de Drauzio Varella, **Folha de S. Paulo**, 18/07/2009)

1. De acordo com o contexto, deve-se entender que a "*teoria das janelas quebradas*" sustenta a tese de que

A) o espaço público deve ser administrado a partir de iniciativas dos cidadãos.

B) a concentração urbana é fator determinante para os serviços dos poderes públicos.

C) a atitude dos indivíduos é influenciada pela ação ou omissão dos poderes públicos.

D) a deterioração do espaço público decorre da ação irresponsável da maioria dos cidadãos.

E) a iniciativa dos cidadãos é determinante para a formulação de políticas públicas.

2. É possível deduzir que a expressão *janelas quebradas* aponta para um fenômeno típico dos espaços urbanos indiciado, também, pela expressão

A) aviso bem visível.
B) situação ordeira.
C) caixa de correio da rua.
D) lixo em redor.
E) envelope parcialmente preso.

3. Atente para as seguintes afirmações:

I. O relato das duas experiências ocorridas na Holanda fornece sérios fundamentos para que se rechace a "*teoria das janelas quebradas*".

II. A tese defendida pelos americanos James Wilson e George Kelling encontra sustentação na remoção dos grafites do metrô de Nova York.

III. A rejeição dos meios acadêmicos à "tese das janelas quebradas" deveu-se à frágil sistematização teórica dos experimentos holandeses.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I e II, somente.
C) I e III, somente.
D) II e III, somente.
E) II, somente.

4. Entre as situações referidas como *de ordem* ou *de desordem*, verifica-se uma relação de

A) franca oposição, caracterizada pelos tipos de indivíduos que são incitados a delas participarem.

B) franca oposição, caracterizada pelos elementos físicos que qualificam os espaços.

C) complementaridade, dado que se aplicam a indivíduos de índoles semelhantes.

D) complementaridade, visto que a qualidade do espaço urbano real não encontra gradações entre uma e outra.

E) subordinação, pois é a existência da segunda situação que determina a da primeira.

5. Do relato do experimento realizado em Groningen (3º parágrafo), deve-se deduzir que

A) os rabiscos mal feitos funcionaram como índices de desordem.

B) a maior parte dos ciclistas na situação desordeira interessou-se pelo que dizia o panfleto.

C) há muita gente que considera artísticos os grafites mal rabiscados.

D) a existência ou não de lixeiras foi a variável mais relevante.

E) nem mesmo os avisos bem visíveis impedem a ação dos grafiteiros.

➢ **Leia atentamente o texto a seguir e responda às questões 6 a 9.**

A culpa é do sistema?

Apresenta-se como fato comum atribuir rancores, descontentamentos e contradições da humanidade de hoje a diversos fatores advindos, sobretudo, do processo de globalização da economia. Nesse sentido, fracassos e angústias inerentes à espécie humana tornam-se de fácil explicação: "Tudo é culpa do sistema", costumam declarar os mais convictos dessa corrente de interpretação sociológica. No entanto, a questão não se revela de tal modo simplória; há múltiplos fatores que contribuem para a edificação de um contexto social.

O sistema político-econômico implantado com o advento do neoliberalismo, de fato, desencadeia uma assimetria significativa entre as nações do globo. A partir do instante em que surgem "superpaíses" dominadores de "povos submissos", a parcela oprimida passa a alimentar discórdia, abrindo as portas da moral e da ética ao desabrochar de sentimentos primitivos, como ódio, aflição e amargura. O "submundo" explode em guerrilhas e revoluções sem fim, à espera de um milagre global, capaz de suprir suas carências mais urgentes.

Não se pode negar, é verdade, a desumanização estabelecida por meio de algumas das ideias implantadas pelo capitalismo. Todavia, conferir ao agravante político a totalidade da culpa pela falta de razão do ser social mostra-se uma saída deveras contestável. Há que analisar o próprio comportamento humano ao longo da história para se chegar a uma compreensão mais plausível desse problema. O homem que protesta contra a supremacia dos países ricos é, em muitos casos, o mesmo que gera ditaduras insanas e comete atos de corrupção por onde passa. Infelizmente, significativa parcela da população mundo afora não consegue enxergar esse paradoxal mecanismo de subdesenvolvimento.

Da antiguidade clássica à era cibernética, a identidade dos povos vem sendo construída; ela não está pronta, definida; vive em constante construção. Nesse trâmite, senso racional e impulsos emotivos entram em conflitos naturais e contínuos. Saber equalizá-los é tarefa difícil, porém possível. É justamente esse equilíbrio que garante ao homem senso crítico apurado e discernimento nos momentos de maior necessidade.

"A culpa é do sistema", portanto, é uma frase no mínimo imprecisa para apontar a causa das

instabilidades contemporâneas. Inconstante, imperfeita, mas sedenta de equilíbrio. Assim se revela a humanidade no galgar dos séculos. Se, por um lado, é pressionada por fatores externos – sobretudo aqueles atrelados à esfera político-econômica –, por outro, revela sentimentos negativos intrínsecos, capazes de atormentá-la profundamente, caso não sejam extirpados com paciência, autocontrole e muita sabedoria.

_____

Eduardo Sampaio
(linguista e professor de Língua Portuguesa).

6. No tocante à tipologia textual, assinale a afirmação correta:

A) Em termos gerais, há predominância da dissertação de espécie argumentativa, uma vez que se defende um ponto de vista.

B) Predominantemente, nota-se um texto dissertativo informativo, pois é o jogo de informações que dinamiza a leitura.

C) A dissertação persuasiva ou injuntiva se estabelece com predominância, uma vez que um ponto de vista bastante concreto é defendido até o desfecho.

D) O texto apresenta características notadamente dissertativas e descritivas, mas é, principalmente, narrativo.

E) Embora apresente traços argumentativos, o texto é, na verdade, predominantemente descritivo.

7. Analise os seguintes itens referentes ao primeiro parágrafo:

I. Os termos “rancores” e “descontentamentos” constituem um caso de palavras parônimas.

II. O adjetivo “convictos” poderia ser substituído, nesse parágrafo, por “ressabiados”, sem alterar as relações de sentido.

III. O termo “edificação” apresenta, no contexto em pauta, o mesmo sentido que “formação”.

IV. O vocábulo “múltiplos” pode formar o que se chama homonímia perfeita, se comparado ao termo “diversos”.

A) Apenas o item IV é correto.
B) Apenas os itens I e IV são incorretos.
C) Apenas o item III é correto.
D) Apenas os itens III e IV são corretos.
E) Apenas os itens I e II estão corretos

8. No segundo parágrafo, os termos “neoliberalismo**”, “**superpaíses**” e “**submundo**” foram grafados sem o emprego de hífen. Pelas mesmas razões que justificam, respectivamente, a escrita dessas palavras, também estão ortografados os vocábulos:**

A) microônibus, hipermercado e subumano.

B) infravermelho, superrevisão e panamericano.

C) autotoque, intermunicipal e pernoite.

D) neotestamentário, hiperaderente e subhumano.

E) subaquático, antidemocracia e hiperacidez.

9. No período que encerra o segundo parágrafo: “O “submundo” explode em guerrilhas e revoluções sem fim, à espera de um milagre global, capaz de suprir **suas** carências mais urgentes.**”, o pronome em destaque**

A) funciona como elemento de coesão sequencial, ao retomar cataforicamente o termo “submundo”.

B) funciona como elemento de coesão endofórica, ao retomar anaforicamente a palavra “submundo”.

C) funciona como elemento de coesão referencial, ao retomar anaforicamente a expressão “milagre global”.

D) funciona como elemento de coesão sequencial, já que trabalha apenas no processo de encadeamento entre as ideias do texto.

E) funciona como elemento de coesão lexical, uma vez que o pronome, nesse caso, equivale a um substantivo.

➢ **Observe a charge abaixo e responda à questão 10.**



10.Marque o item com uma afirmação INCORRETA:

A) No primeiro balão, um pronome de valor possessivo (Nossa) está empregado como interjeição.

B) Ainda no primeiro balão, o pronome "lhe" assume o papel sintático de complemento verbal.

C) Os termos "banqueiro corrupto" e "habeas corpus" exercem um mesmo papel sintático.

D) Ao indicar ideia locativa, o terceiro balão exemplifica um caso de oração subordinada adverbial.

E) A expressão presente no segundo balão não apresenta função sintática, já que se trata de interjeição.

11. Relato de estudante da EJA em unidade prisional:

> "Aprendi a ler aos 34 anos, aqui na escola da unidade. Mas foi com minha avó que aprendi a plantar, com os colegas de obra que aprendi a calcular as medidas de areia e cimento usadas pra construir, e no culto da igreja que aprendi a falar em público."

O relato evidencia uma concepção de educação que:

A) identifica a educação exclusivamente com o processo de escolarização formal.

B) reconhece processos formativos que ocorrem em múltiplos espaços sociais, para além da escola.

C) considera legítimos apenas os saberes transmitidos por professores habilitados.

D) restringe a aprendizagem significativa ao período da infância e da adolescência.

E) trata as experiências de vida como obstáculos à aprendizagem escolar.

12. Uma concepção pedagógica que se contrapôs ao ensino centrado no professor e na memorização caracteriza-se por: valorizar os interesses e as experiências do aluno; defender o "aprender fazendo" e os métodos ativos; e atribuir ao professor o papel de facilitador da aprendizagem. Na classificação proposta por José Carlos Libâneo, essas características correspondem à pedagogia:

A) liberal tradicional.

B) liberal tecnicista.

C) progressista libertadora.

D) liberal renovada progressivista.

E) progressista crítico-social dos conteúdos.

13. Considere a leitura dos textos a seguir para responder a questão:

Texto I

Em 1932, num país que se urbanizava e se industrializava, um grupo de educadores publicava o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Entre os signatários estavam Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Cecília Meireles. O documento criticava a fragmentação e o caráter

elitista do ensino brasileiro. Defende uma escola pública, laica, gratuita e obrigatória, organizada pelo Estado e baseada nos princípios da Escola Nova.

Texto II

“Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988).

Comparando os textos, conclui-se que o Manifesto de 1932:

A) propunha manter a educação como responsabilidade da Igreja, modelo que a Constituição de 1988 confirmou.
B) defender uma educação voltada para a formação das elites dirigentes, princípio que a Constituição de 1988 ampliou.
C) antecipava a pedagogia tecnicista dos acordos MEC-USAID, contendo as diretrizes da Constituição de 1988 incorporadas.
D) rejeitava a participação do Estado na educação, posição que a Constituição de 1988 manteve ao priorizar a iniciativa privada.
E) inserido em um projeto de modernização do país para defender a educação como função pública do Estado, e princípios como a gratuidade e a obrigatoriedade estão presentes na Constituição de 1988

14. Segundo Pierre Bourdieu, a escola tende a valorizar a linguagem, os saberes e os hábitos próprios das classes dominantes, apresentando como mérito individual aquilo que, em grande parte, decorre da herança familiar. Com isso, as desigualdades sociais convertem-se em desigualdades escolares.

O conceito central dessa análise é:

A) microfísica do poder.
B) capital cultural.
C) educação bancária.
D) aprendizagem significativa.
E) indústria cultural.

15. "Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames." BRASIL. Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 37, § 1º.

Em uma unidade prisional, uma iniciativa que atende ao dispositivo é:

A) reproduzir, nas turmas de adultos, o currículo e os materiais utilizados com crianças.
B) cobrar taxa de matrícula dos internos que desejam frequentar as aulas.
C) exigir idade mínima de 25 anos para ingresso nas turmas de EJA.
D) organizar horários e conteúdos das turmas de EJA considerando a rotina de trabalho dos internos e seus interesses formativos.
E) oferecer apenas exames de certificação, dispensando a oferta de cursos.

16. Um pedagogo que acompanha pessoas em cumprimento de pena orienta sobre a possibilidade de certificação por meio de exames supletivos. Conforme a LDB, esses exames, no nível de

conclusão do ensino fundamental e no nível de conclusão do ensino médio, realizam-se, respectivamente, para os maiores de:

A) 14 e 17 anos.
B) 15 e 17 anos.
C) 15 e 18 anos.
D) 16 e 18 anos.
E) 18 e 21 anos.

17. Para responder à questão considere a leitura dos textos a seguir:

Texto I

"A elaboração foi necessária após a constatação de que mais de 82% da população prisional não completou a educação básica e apenas 15% da demanda por EJA é atendida, atualmente, nas unidades prisionais. Além disso, não há infraestrutura e planejamento educacional específico, gargalos históricos que os planos buscam enfrentar." BRASIL. Ministério da Educação. Divulgados Planos Estaduais de Educação nas Prisões. Brasília, jun. 2025.

Texto II

"Estratégia 11.3. Realizar de forma regular e intersetorial o levantamento e o mapeamento de demanda por vagas na EJA, observados as especificidades e as necessidades educativas do estudante e consideradas o perfil da comunidade local[...].

Estratégia 11.19. Assegurar às pessoas em privação de liberdade condições de acesso, manutenção e qualidade na oferta da EJA, de modo a promover sua formação para a autonomia, o exercício da cidadania e a reintegração." BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE).

Considerando os textos I e II, uma ação coerente com a política educacional vigente para enfrentar o cenário descrito no Texto I é:

A) condicionar a matrícula na EJA ao bom comportamento carcerário, para reservar as poucas vagas existentes aos presos considerados aptos.
B) substituir a escolarização por cursos livres de curta duração, sem certificação, por serem mais simples de implantar nas unidades.
C) mapear, de forma articulada entre as secretarias de educação e de administração penitenciária, a demanda pela EJA nas unidades e ampliar a oferta com condições pedagógicas adequadas e continuidade dos estudos para egressos.
D) adiar a oferta de escolarização para depois do cumprimento da pena, quando uma pessoa egressa puder buscar a rede regular de ensino.
E) oferecer oferta educacional exclusivamente à administração penitenciária, dispensando a participação do sistema de ensino.

18. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), assinale a alternativa correta.

A) Considera-se criança a pessoa até 14 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 14 e 18 anos.
B) Considera-se criança a pessoa até 12 anos de idade completos, e adolescente aquela entre 13 e 21 anos.
C) O Estatuto aplica-se somente a pessoas com até 18 anos, sem nenhuma exceção.
D) Considera-se criança a pessoa até 12 anos de idade

incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos, aplicando-se excepcionalmente o Estatuto, nos casos expressos em lei, às pessoas entre 18 e 21 anos.
E) Considera-se adolescente a pessoa entre 10 e 18 anos, conforme o critério da Organização Mundial da Saúde adotado pelo Estatuto.

19. Sobre a medida socioeducativa de internação prevista no ECA, é correto afirmar que:

A) seu prazo deve ser fixado na sentença, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.
B) não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses, e o período máximo não pode exceder três anos.
C) deve ser reavaliada anualmente pela equipe técnica, independentemente de decisão judicial.
D) pode alcançar até cinco anos nos casos de ato infracional cometido com grave ameaça ou violência à pessoa.
E) cessa compulsoriamente quando o adolescente completa 18 anos de idade.

20. Considere três ações desenvolvidas em um município:

1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente delibera sobre a política local e acompanha a aplicação dos recursos do fundo.
2. A Defensoria Pública ajuíza ação para garantir vaga escolar a um adolescente egresso de medida socioeducativa.
3. A Secretaria de Assistência Social executa serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes.

Segundo os eixos estratégicos do Sistema de Garantia dos Direitos (Resolução CONANDA nº 113/2006), as ações 1, 2 e 3 correspondem, respectivamente, a:

A) promoção, controle e defesa.
B) controle, defesa e promoção.
C) defesa, promoção e controle.
D) controle, promoção e defesa.
E) promoção, defesa e controle.

21. Conforme a Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), é objetivo das medidas socioeducativas:

A) a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação.
B) a punição exemplar do adolescente, de modo a prevenir a prática de novos atos infracionais por outros jovens.
C) o afastamento definitivo do adolescente do convívio familiar e comunitário, quando considerado de risco.
D) a substituição da atuação da família pela atuação do Estado na formação do adolescente.
E) a aplicação ao adolescente de tratamento equivalente ao conferido ao adulto que pratica crime.

22. A respeito do Plano Individual de Atendimento (PIA), previsto na Lei do SINASE, assinale a alternativa correta.

A) O PIA é elaborado pela autoridade judiciária e homologado pela equipe técnica do programa de atendimento.
B) O PIA é exigido somente para as medidas de internação e semiliberdade, sendo dispensado nas medidas em meio aberto.

C) O PIA é elaborado sob responsabilidade da equipe técnica do programa, com participação efetiva do adolescente e de sua família, no prazo de até 15 dias do ingresso nas medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida, e de até 45 dias nas de semiliberdade e internação.
D) Para evitar interferências, o PIA deve ser elaborado sem a participação dos pais ou responsáveis.
E) O PIA deve ser concluído em até 30 dias em meio aberto e em até 60 dias em meio fechado.

23. Analise as afirmativas sobre a execução das medidas socioeducativas, à luz da Lei nº 12.594/2012 (SINASE).

I. Pelo princípio da legalidade, o adolescente não pode receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto.
II. A gravidade do ato infracional, os antecedentes e o tempo de duração da medida não são fatores que, por si, justifiquem a não substituição da medida por outra menos grave.
III. Pelo princípio da brevidade, admite-se a extensão da internação para além de três anos quando as metas do PIA não forem alcançadas.
IV. O princípio da mínima intervenção determina que a intervenção fique restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida.

Está correto o que se afirma em:

A) I e III, apenas.
B) I, II e IV, apenas.
C) II e III, apenas.
D) III e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

24. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), a assistência educacional ao preso e ao internado compreenderá:

A) apenas a alfabetização, por ser a etapa prioritária da educação no sistema prisional.
B) atividades de lazer e recreação, que substituem a escolarização formal.
C) exclusivamente cursos profissionalizantes, para preparar o retorno ao mercado de trabalho.
D) a instrução religiosa e moral, como forma de ressocialização.
E) a instrução escolar e a formação profissional.

25. Considere três situações:

I) Ana, presa provisoriamente, frequenta as aulas do ensino médio na unidade.

II) João, em livramento condicional, frequenta um curso técnico de educação profissional.

III) Pedro sofreu um acidente na unidade e ficou impossibilitado de continuar os estudos.

Conforme o art. 126 da Lei de Execução Penal, a remição pelo estudo (ou a continuidade do benefício) é possível:

A) apenas no caso de Ana.
B) apenas nos casos de João e Pedro.
C) apenas no caso de Pedro.
D) nos três casos.
E) em nenhum dos casos.

26. Uma pedagoga integra a Comissão de Validação da remição pela leitura em uma unidade prisional. Um interno em fase de alfabetização leu uma obra com a ajuda de um colega e apresentou relato oral sobre o livro. Parte da Comissão propõe aplicar uma

prova escrita de compreensão, com nota mínima, antes de validar a leitura.

Conforme a Resolução CNJ (Conselho Nacional de Justiça) nº 391/2021, a Comissão deve:

A) indeferir a remição, pois a leitura foi realizada com auxílio de outra pessoa.
B) validar a leitura por meio de forma adaptada, como o relato oral, limitando-se a verificar a leitura, sem atribuir caráter de prova.
C) exigir relatório escrito, pois é a única forma de comprovação admitida.
D) aplicar a prova proposta, pois a validação tem caráter de avaliação pedagógica.
E) aguardar a conclusão da alfabetização do interno para analisar o pedido.

27. O ECA prevê que o Poder Judiciário mantenha equipe interprofissional destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude. Sobre as atribuições dessa equipe, é correto afirmar que lhe compete:

A) proferir decisões sobre a aplicação de medidas socioeducativas quando houver consenso entre seus membros.
B) atuar de forma independente da autoridade judiciária, sem qualquer vínculo de subordinação.
C) emitir pareceres de caráter vinculante, que obrigam o magistrado a acolher suas conclusões.
D) fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento e prevenção, sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.
E) realizar exclusivamente avaliações psicológicas, sendo vedada a atuação de pedagogos.

28. Considere duas situações ocorridas em um grupo de monitoramento de unidades de privação de liberdade.

Situação 1: pedagogo, psicólogo e assistente social visitam a mesma unidade; cada um elabora seu relatório separadamente, e os documentos são juntados ao processo sem discussão conjunta.

Situação 2: os mesmos profissionais realizam estudo de caso conjunto, confrontam conceitos e métodos de suas áreas e produzem uma análise integrada, preservando a contribuição específica de cada campo.

As situações 1 e 2 caracterizam, respectivamente, práticas:

A) interdisciplinar e multidisciplinar.
B) transdisciplinar e interdisciplinar.
C) multidisciplinar e interdisciplinar.
D) interdisciplinar e transdisciplinar.
E) multidisciplinar e transdisciplinar.

29. A Pedagogia Social toma como campo os processos educativos que acontecem fora da escola ou em suas margens, dirigidos, muitas vezes, a pessoas que tiveram direitos violados ou que se encontram em situação de vulnerabilidade. Sua intencionalidade é contribuir para a autonomia dos sujeitos e para o acesso a direitos.

Nessa perspectiva, a presença do pedagogo no sistema de justiça justifica-se por:

A)representar o magistrado na definição das medidas aplicáveis.
B) restringir-se ao ensino de conteúdos escolares nas

unidades.
C) atuar exclusivamente no diagnóstico clínico de transtornos.
D) garantir que a medida judicial tenha caráter apenas punitivo.
E) compreender a medida judicial também como espaço educativo, contribuindo para que seu cumprimento favoreça o desenvolvimento e o acesso a direitos.

30. Na gestão de programas e projetos de intervenção socioeducativa, a distinção entre monitoramento e avaliação é correta na seguinte alternativa:

A) Monitoramento e avaliação são sinônimos e ocorrem apenas ao final do projeto.
B) O monitoramento ocorre somente antes da implementação, e a avaliação durante a execução.
C) A avaliação dispensa indicadores, pois se baseia apenas na percepção da equipe executora.
D) O monitoramento é realizado exclusivamente por órgãos externos de controle, e a avaliação pela equipe do projeto.
E) O monitoramento é o acompanhamento contínuo e sistemático da execução, permitindo correções de rumo; a avaliação analisa, em momentos determinados, resultados e impactos em relação aos objetivos.

31. Um programa de educação em unidades prisionais definiu os seguintes indicadores:

1. recursos financeiros aplicados e número de professores contratados;
2. número de turmas ofertadas e de aulas realizadas;
3. redução da reincidência criminal entre egressos que participaram do programa.

Na tipologia de indicadores de programas sociais, os indicadores 1, 2 e 3 classificam-se, respectivamente, como de:

A) impacto, insumo e produto.
B) insumo, produto e impacto.
C) produto, impacto e insumo.
D) insumo, impacto e produto.
E) produto, insumo e impacto.

32. Sobre os documentos técnicos elaborados pelo pedagogo no âmbito do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:

A) O parecer é documento meramente descritivo, sendo vedado ao profissional expressar posicionamento técnico.
B) O relatório descreve de forma objetiva fatos, atividades e observações realizadas, enquanto o parecer apresenta posicionamento técnico fundamentado sobre questão específica, podendo conter conclusão do profissional.
C) Relatório e parecer dispensam fundamentação teórica e metodológica, bastando o registro da opinião pessoal do profissional.
D) O relatório deve conter a decisão a ser adotada pelo juiz, cabendo a este apenas homologá-la.
E) O diagnóstico pedagógico limita-se à aplicação de testes padronizados de inteligência.

33. Um pedagogo deve elaborar relatório sobre adolescente em cumprimento de medida de internação, que instruirá a audiência de reavaliação da medida. Considerando a Lei do SINASE e os princípios da escrita técnica, a conduta mais adequada é:

A) recomendar a manutenção da internação com base exclusivamente na gravidade do ato infracional praticado.
B) incluir avaliações de caráter moral sobre a família do adolescente, para reforçar a análise do contexto.
C) registrar a evolução do adolescente em relação às metas do PIA, com base em fontes e instrumentos identificados, em linguagem técnica, objetiva e não estigmatizante, restringindo-se às informações pertinentes à finalidade do documento.
D) transcrever integralmente os registros de atendimentos psicológicos, para garantir a completude das informações.
E) omitir as fontes consultadas, para preservar os profissionais da unidade.

34. Na reunião de planejamento da escola que funciona em uma unidade prisional, três profissionais apresentaram suas posições sobre a proposta pedagógica.

A professora Helena defendeu que a escola deve transmitir regras, disciplina e valores comuns, para que os alunos "se ajustem à sociedade" e deixem de representar ameaça à coesão social.

O professor Marcos argumentou que a escola apenas reproduz a dominação. Para ele, o currículo valoriza uma linguagem e uma cultura que os presos não dominam, e as avaliações os rotulam como incapazes, fazendo parecer mérito individual o que é herança social. Concluiu: "Não há o que fazer; a escola sempre servirá a quem já tem poder".

A pedagoga Júlia propôs outro caminho. O trabalho partiria da prática social dos alunos, problematizando situações vividas, como o trabalho informal e o acesso à justiça. Em seguida, garantiria o domínio dos conhecimentos sistematizados de leitura, matemática e história como instrumentos para compreender essas situações. Por fim, voltaria à prática social com uma compreensão mais elaborada.

À luz dos autores clássicos que discutem a relação entre educação e sociedade, a análise correta do caso é:

A) Helena aproxima-se de Durkheim, para quem a educação tem a função de romper com a ordem social vigente; Marcos aproxima-se de Freire, que considera a educação bancária inevitável nas instituições.

B) Helena aproxima-se de Durkheim, que concebe a educação como socialização metódica da geração jovem; Marcos aproxima-se de Saviani, que define a escola como aparelho ideológico do Estado.

C) Marcos aproxima-se das teorias crítico-reprodutivistas, que evidenciam a violência simbólica, mas não oferecem proposta pedagógica; Júlia aproxima-se da pedagogia histórico-crítica, que vê na socialização do saber sistematizado uma via de transformação.

D) Júlia aproxima-se da Escola Nova, por valorizar a prática social e os interesses espontâneos dos alunos; Marcos aproxima-se de Bourdieu, para quem a escola é o principal instrumento de superação das desigualdades.

E) Júlia aproxima-se do tecnicismo, por organizar o ensino em etapas sequenciais e controladas; Helena aproxima-se de Saviani, que defende a adaptação dos indivíduos à ordem social vigente.

35. Em uma turma de EJA, um estudante não conseguia resolver sozinho um problema de porcentagem. Com perguntas e pistas de um colega mais adiantado, chegou à solução e, dias depois, passou a resolver problemas semelhantes sem ajuda.

Na perspectiva de Vygotsky, a situação ilustra:

A) a aprendizagem determinada exclusivamente pela maturação biológica.
B) o condicionamento operante por reforço positivo.
C) a fase sensório-motora do desenvolvimento.
D) a aprendizagem por descoberta, sem interação social.
E) a atuação na zona de desenvolvimento proximal, pela mediação de um parceiro mais experiente.

36. Em uma atividade com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, o pedagogo propõe a pergunta: "Se você estivesse no lugar da vítima, o que teria sentido e quais consequências teria enfrentado?". A atividade exige que os adolescentes levantem hipóteses e raciocinem sobre possibilidades abstratas.

Segundo Jean Piaget, essa capacidade caracteriza o estágio:

A) sensório-motor.
B) operatório formal.
C) pré-operatório.
D) operatório concreto.
E) personalista.

37. Em uma reunião de formação com os professores da escola de uma unidade prisional, a coordenadora pedagógica afirmou:

"Nossos alunos não aprendem sozinhos. Eles aprendem na interação com os colegas e com os professores, com a mediação da linguagem e da cultura. Por isso, o trabalho em grupo e o diálogo precisam estar no centro das nossas aulas."

A fala da coordenadora fundamenta-se, principalmente, na:

A) teoria histórico-cultural de Vygotsky, que destaca o papel da mediação e das interações sociais na aprendizagem.
B) teoria behaviorista de Skinner, que explica a aprendizagem pelo reforço de comportamentos observáveis.
C) teoria da aprendizagem significativa de Ausubel, que destaca a ancoragem de novas informações em conhecimentos prévios.
D) epistemologia genética de Piaget, que explica a construção do conhecimento por estágios de desenvolvimento e pela equilibração.
E) teoria das inteligências múltiplas de Gardner, que descreve diferentes capacidades intelectuais relativamente independentes.

38. Para José Carlos Libâneo, a avaliação escolar é uma tarefa didática necessária e permanente, que cumpre três funções articuladas: pedagógico-didática, de diagnóstico e de controle. Segundo o autor, a função de diagnóstico:

A) refere-se aos meios e à frequência das verificações e da qualificação dos resultados escolares, permitindo o acompanhamento sistemático do rendimento dos alunos.
B) permite identificar os progressos e as dificuldades dos alunos e a atuação do professor, possibilitando

modificações no processo de ensino, e ocorre no início, durante e ao final do trabalho docente.
C) relaciona-se ao cumprimento dos objetivos gerais e específicos da educação escolar, contribuindo para preparar os alunos para a vida social e para o trabalho.
D) destina-se exclusivamente à classificação dos alunos ao final do período letivo, com base nas notas obtidas nas provas.
E) substitui o planejamento do ensino, pois os resultados das provas indicam por si mesmos os conteúdos que devem ser ensinados.

39. Analise as afirmativas sobre os procedimentos e instrumentos do atendimento sociopsicopedagógico a adolescentes e a pessoas em cumprimento de medidas judiciais.

I. A escuta qualificada e a entrevista inicial com o atendido e sua família permitem compreender a história de vida e a trajetória escolar, e servem de base para o plano de intervenção.
II. Apresentar ao atendido e à família as conclusões e os encaminhamentos (a devolutiva) faz parte do processo e favorece a participação deles nas etapas seguintes.
III. Ao identificar dificuldades de aprendizagem, o pedagogo deve encerrar o atendimento com um laudo definitivo, dispensando reavaliações posteriores.
IV. O registro sistemático dos atendimentos permite acompanhar a evolução do caso e fundamentar relatórios técnicos, respeitando o sigilo das informações.

Está correto o que se afirma em:

A) I, II e IV, apenas.
B) I e III, apenas.
C) II e III, apenas.
D) III e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

40. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) adota uma concepção de deficiência segundo a qual a pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento:

A) de curto ou longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que obstrui sua participação plena e efetiva na sociedade, independentemente das barreiras existentes.
B) de longo prazo, de natureza física ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições.
C) de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, comprovado exclusivamente por laudo médico que ateste sua incapacidade para os atos da vida civil.
D) de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, por si só, impede sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições.
E) de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições.

41. A Resolução CNE/CP nº 1/2012 estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e elenca os princípios que a fundamentam. NÃO constitui princípio previsto nessa norma:

A) dignidade humana.
B) laicidade do Estado.
C) transversalidade, vivência e globalidade.
D) homogeneização cultural das práticas educativas.
E) reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades.

42. "A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios." BRASIL. Lei nº 8.069/1990 (ECA), art. 86.

Uma adolescente concluirá a medida de internação e retornará à sua comunidade, onde precisará de vaga escolar, acompanhamento de saúde e apoio socioassistencial à família. A atuação coerente com o dispositivo é:

A) construir um plano de encaminhamento articulado entre escola, assistência social, saúde e família, com contato prévio entre os serviços e acompanhamento dos encaminhamentos.
B) entregar à família uma lista de endereços de serviços públicos, sem outros contatos.
C) encerrar o acompanhamento no dia da desinternação, por término da medida.
D) encaminhar todas as demandas exclusivamente ao Conselho Tutelar.
E) priorizar apenas a matrícula escolar, deixando as demais demandas para a família.

43. No Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o serviço de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade integra a proteção social:

A) básica, ofertado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).
B) especial de média complexidade, ofertado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).
C) especial de alta complexidade, ofertado em unidades de internação.
D) básica, ofertado diretamente pelo Conselho Tutelar.
E) especial de alta complexidade, ofertado em serviços de acolhimento institucional.

44. José Carlos Libâneo afirma que "todo trabalho docente é trabalho pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente". Essa afirmação significa que:

A) a docência é uma atividade secundária da Pedagogia, e o pedagogo deve priorizar a atuação em espaços não escolares.
B) a ação pedagógica em espaços não escolares dispensa intencionalidade, porque ocorre de forma espontânea nas relações sociais.
C) o trabalho pedagógico fora da escola se limita à organização administrativa e burocrática das instituições.
D) a ação pedagógica abrange práticas educativas intencionais que ocorrem também fora da sala de aula, como no sistema de justiça, e não se restringe à docência.
E) o pedagogo que atua em espaços não escolares deve reproduzir a organização da escola, com seriação e currículo oficial.

45. Em uma unidade prisional, as aulas têm sido canceladas com frequência. Os policiais penais afirmam que não recebem com antecedência a

relação de atividades e materiais usados em sala, o que consideram um risco à segurança. Os professores, por sua vez, reclamam dos atrasos na liberação dos alunos e da revista demorada dos materiais pedagógicos, que reduzem o tempo de aula. As duas categorias passaram a se evitar e a registrar queixas uma da outra junto à direção.

Para melhorar as relações e viabilizar a atividade educativa, a ação mais adequada do pedagogo é:

A) solicitar à direção uma norma interna que fixe os horários das aulas, com previsão de sanção aos policiais penais que atrasarem a liberação dos alunos.
B) oferecer aos professores formação sobre os procedimentos de segurança, para que adaptem suas aulas às exigências dos policiais penais.
C) organizar uma palestra para os policiais penais sobre o direito à educação das pessoas presas e a importância das aulas para a remição da pena.
D) intervir individualmente em cada conflito quando ele ocorrer, conversando em separado com os envolvidos para acalmar a situação.
E) promover encontros entre as duas categorias para construir acordos sobre o fluxo de informações, a revista dos materiais e os horários, reconhecendo as atribuições de cada uma.

46. Na elaboração de um projeto socioeducativo, metas correspondem à expressão quantificada e temporalizada dos objetivos. Assinale a alternativa que apresenta uma META corretamente formulada.

A) Realizar 20 encontros quinzenais de leitura com 25 participantes entre março e dezembro de 2027.
B) Promover a cidadania dos adolescentes atendidos.
C) Contribuir para a reintegração social das pessoas privadas de liberdade.
D) Sensibilizar a comunidade sobre a importância da educação.
E) Valorizar a educação como direito humano.

47. Para responder, considere a leitura dos texto a seguir:

Texto I

"Pode-se definir o saber docente como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais." TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

Texto II

Uma secretaria de educação planejou a formação continuada dos professores que atuam nas escolas das unidades prisionais. A proposta prevê palestras mensais de especialistas universitários sobre teorias recentes da aprendizagem. Não há momentos para discutir as situações vividas pelos professores, muitos dos quais trabalham há mais de dez anos nesse contexto.

Com base nas ideias de Tardif, uma reformulação adequada da proposta seria:

A) articular os conhecimentos acadêmicos aos saberes experienciais dos professores, tomando a prática nas unidades prisionais como objeto de reflexão e de produção coletiva de conhecimento.
B) manter as palestras e acrescentar uma avaliação escrita ao final de cada encontro, para garantir que os professores assimilem as teorias apresentadas.
C) substituir as palestras por encontros apenas de

troca de experiências, pois somente a prática é capaz de produzir e validar o saber docente.
D) concentrar a formação nos saberes disciplinares, com aprofundamento nos conteúdos de língua portuguesa e matemática ensinados na EJA.
E) convidar especialistas com experiência em unidades prisionais para ensinar aos professores as técnicas mais adequadas a esse contexto.

48. Um professor da escola de uma unidade socioeducativa pede ao pedagogo cópia integral do relatório psicossocial de um aluno, com dados de saúde, histórico familiar e relatos de violência sofrida, alegando que precisa "conhecê-lo melhor para ensinar".

Considerando o sigilo e a responsabilidade técnica, a conduta mais adequada é:

A) entregar o relatório integral, pois todos os profissionais da unidade têm o mesmo dever de sigilo.
B) negar qualquer informação, pois o trabalho da equipe técnica não se relaciona com a escola.
C) compartilhar apenas as informações estritamente necessárias ao trabalho pedagógico, preservando os dados sensíveis não relacionados à finalidade educativa.
D) orientar o professor a obter as informações diretamente com o aluno.
E) entregar o relatório desde que o professor assine termo de ciência.

49. Um adolescente de 15 anos que pichou os muros de sua escola foi encaminhado pela Vara da Infância e da Juventude ao núcleo de Justiça Restaurativa do Tribunal. Nos encontros preparatórios conduzidos pela pedagoga facilitadora, a diretora da escola afirmou: "Esse menino é um vândalo". O adolescente disse: "Ninguém naquela escola me respeita".

Considerando a Resolução CNJ nº 225/2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário, e a Comunicação Não Violenta, analise as afirmativas:

I. A pedagoga deve ajudar os envolvidos a expressarem observações, sentimentos e necessidades, em vez de julgamentos, como propõe a Comunicação Não Violenta.
II. A participação da diretora e do adolescente no círculo restaurativo deve ser voluntária.
III. A pedagoga pode registrar no relatório ao juiz as falas dos encontros preparatórios, para subsidiar a eventual aplicação de medida socioeducativa.
IV. Para que o conflito seja trabalhado, o adolescente deve reconhecer como verdadeiros os fatos essenciais, o que implica admissão de culpa caso o caso retorne ao processo judicial.

Está correto o que se afirma em:

A) I e III, apenas.
B) I e II, apenas.
C) II e IV, apenas.
D) I, II e III, apenas.
E) II, III e IV, apenas.

50. Uma pedagoga, servidora do Tribunal e capacitada como facilitadora restaurativa, recebeu da Vara de Execuções Penais o caso de um jovem de 19 anos. Ele foi condenado por furtar a casa de uma vizinha idosa e cumpre pena em regime semiaberto. Nos primeiros contatos, a pedagoga soube que o jovem abandonou a escola aos 14 anos e nunca teve

trabalho formal. Soube também que a vítima quer entender por que foi escolhida e que a vizinhança está dividida entre o medo e o desejo de acolhê-lo de volta.

Com base na Resolução CNJ nº 225/2016, analise as afirmativas sobre a atuação da pedagoga como facilitadora.

I. Cabe à pedagoga preparar e realizar as conversas ou os encontros preliminares com os envolvidos, antes da sessão restaurativa.
II. Na condução da sessão, a pedagoga deve considerar os fatores institucionais e sociais que contribuíram para o fato, como o abandono escolar e a falta de oportunidades de trabalho, indicando a necessidade de eliminá-los ou diminuí-los.
III. Por sua formação, a pedagoga pode aproveitar a sessão restaurativa para elaborar um diagnóstico pedagógico do jovem e aconselhá-lo sobre a melhor forma de reparar o dano.
IV. Se o juiz da execução solicitar, a pedagoga deve relatar o conteúdo das declarações do jovem na sessão, já que, como servidora do Tribunal, atua sob a subordinação da autoridade judiciária.
V. Obtido o acordo, cabe à pedagoga redigir o termo e incentivar o grupo a promover os encaminhamentos necessários, em articulação com a Rede de Garantia de Direito local, como a inclusão do jovem na EJA e em curso profissionalizante.

Está correto o que se afirma em:

A) I e II, apenas.
B) I, III e IV, apenas.
C) I, II e V, apenas.
D) II, IV e V, apenas.
E) III, IV e V, apenas.